



DISCUTINDO O TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE TEÓRICA ACERCA DO CONCEITO

Joalysson Severo Batista¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo desenvolver uma discussão teórica acerca do território e sua utilização no desenvolvimento de pesquisa no campo da geografia, analisando o território para além de um espaço de governança, partindo desde a análise de uma abordagem tradicional acerca do conceito, bem como trazendo novos enfoques que contribuem para a análise do território na pesquisa. Nesse sentido, faremos uma revisão de literatura acerca do conceito e suas diversas escalas de abordagem, utilizando-se autores como Friedrich Ratzel (1982) e suas contribuições, também dialogaremos com Carlos Walter Porto-Gonçalves, Bernardo Mançano Fernandes (2009,2018) e Rogério Haesbaert (2003, 2007, 2020, 2021), que nos ajudarão a pensar os novos enfoques sobre o conceito de território partindo, principalmente, de estudos desenvolvidos na América Latina.

Palavras-chave: Território, Espaço de governança, Decolonialidade.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo desarrollar una discusión teórica sobre el territorio y su uso en el desarrollo de la investigación en el campo de la geografía, analizando el territorio más allá de un espacio de gobernanza, partiendo del análisis de una aproximación tradicional al concepto, así como aportando nuevos enfoques que contribuyan al análisis del territorio en la investigación. En este sentido, revisaremos la literatura sobre el concepto y sus diversas escalas de abordaje, utilizando autores como Friedrich Ratzel (1982) y sus aportes, también dialogaremos con Carlos Walter Porto-Gonçalves, Bernardo Mançano Fernandes (2009,2018) y Rogério Haesbaert (2003, 2007, 2020, 2021), quienes nos ayudarán a pensar en nuevas aproximaciones al concepto de territorio, partiendo principalmente de estudios realizados en América Latina.

Palabras clave: Territorio, Espacio de gobernanza, Descolonialidad.

INTRODUÇÃO

É evidente que o território é um dos conceitos essenciais na discussão da ciência geográfica, encontrando-se cada vez mais presente nos trabalhos acadêmicos das

¹Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - PPGGeo/UFPE, joalyssonsevero@email.com;



últimas décadas. Pautando-se na tentativa de discutir as formas de habitação de um espaço e suas relações de poder, muitos pesquisadores desenvolvem seus trabalhos tendo o território (e suas ramificações – territorialidades, re-territorialidade, desterritorialidade) como ponto central de suas discussões. Isso fica mais evidente quando se levantam dados sobre o uso do conceito. De acordo com Fuini (2017), em um levantamento feito no Banco de Dados da CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior) entre os anos de 2011 e 2012 foram catalogados 245 trabalhos, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, no qual continha o conceito “território” em seu título, sendo 32,2% (79 trabalhos) na área de geografia, o que nos leva a compreender que a utilização do conceito está para além dos campos geográficos, presente também em outros campos das ciências humanas como a Sociologia, antropologia, história, economia, no campo jurídico, na psicologia, entre outras.

Durante a escrita da dissertação de mestrado, ainda no campo da história, pude desenvolver uma discussão acerca do território, mesmo que de forma introdutória, utilizando-se autores como Haesbaert (2003), tendo como foco o território de abordagem cultural, e Santos (2001), a partir de uma abordagem política, para entender as relações de desapropriações de grupos sociais em determinados territórios, as significações e ressignificações que as ações humanas produziam na natureza a partir das relações de poder.

Passando-se os anos e caminhando na relação dos movimentos sociais de atingidos por barragem e os conflitos por disputas de terras, migrei para o campo da geografia ainda tendo como foco de pesquisa as discussões acerca do território, principalmente sob outras vertentes para além da abordagem cultural.

Nesse sentido, utilizarei de leituras teóricas sobre a abordagem do conceito de território nos mais diversos enfoques, na busca pela compreensão do uso do conceito e como este poderá contribuir para as discussões futuras ao longo da jornada de pesquisa.

Portanto, destaco que o presente trabalho tem por objetivo desenvolver uma discussão teórica acerca do território, bem como suas derivações (re-territorialização, desterritorialização, movimentos socioterritoriais...) e sua utilização no desenvolvimento de pesquisa, analisando o território para além de um espaço de



governança, mas também sob outras óticas, tendo como base as análises acerca do território desde o campo político, cultural e ecológico, apropriando-se de autores considerados clássicos na geografia, como Friedrich Ratzel, Claude Raffestin e também de autores específicos no tema, partindo da análise de território funcional e simbólico (HAESBAERT, 2007), e também discussões propostas por Carlos Walter Porto-Gonçalves acerca do território ecológico.

COMPREENDENDO O TERRITÓRIO

Quando se levanta uma discussão sobre o termo território, a primeira definição que vem à tona faz referência à uma porção do espaço físico definido por limites e estabelecidos pela relação de poder, é o que também encontramos ao fazer a pesquisa da palavra em um dicionário online de português², que nos traz a seguinte definição: “*Área de um país sujeita a uma autoridade, a uma jurisdição qualquer; essa jurisdição: o território de uma região militar*”. Desse modo, de forma bem genérica, passamos a compreender o território como um espaço delimitado por fronteiras e que são marcados por leis, governos. No entanto, ao adentrarmos numa discussão mais profunda sobre o território, vemos que o conceito é um tanto mais complexo, visto que há diversidades nas abordagens que transcendem a definição rasa de território ser somente como um espaço físico.

Ao discutirmos o conceito de território, faz-se importante trazer algumas definições que ao longo dos anos foram conceituadas por autores clássicos que problematizaram a temática. Dentre esses, especifico o geógrafo Claude Raffestin, com vasto caminho trilhado na geografia política. Em seu livro “*Por uma geografia do poder*”³ o autor define o território como “o produto dos atores sociais” (1993, p.7). Para o autor, o território é visto como a produção do espaço a partir das relações de poder dos seres humanos, estes moldam o espaço de acordo com suas necessidades. Por essa passagem, o autor aborda o território como sendo um produto do “homem”, aquilo que

² A significação citada foi pesquisada a partir do site: <https://www.dicio.com.br/territorio/>

³ Tendo o título original “*Pour une géographie du pouvoir*”, o livro foi lançado em 1980. A edição mencionada foi traduzida por Maria Cecília França, Doutora em Ciências Geográficas pela USP, em 1993.



é (definitivamente) produzido, confeccionado pelos seres humanos, de modo que sem o mesmo o território não existiria. Mas será que podemos compreender o território como um produto, uma construção dos seres humanos ou o território perpassa a origem humana? Serão questões que se devemos pensar ao longo das discussões.

Na definição de Gottmann (2012), o território é visto como “uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é um recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo.” (p.523). Podemos analisar a definição proposta pelo autor como uma porção do espaço que tem relações com a governança, principalmente com o domínio do Estado, tal citação nos remete à definição contida no início desse artigo, quando percebemos o território como um espaço físico contido a partir da dominação do Estado.

Ambas as definições trazem pontos que são importantes destacar, como, por exemplo, a abordagem sobre território, para os autores acima, está associada a dominação do espaço físico pelos seres humanos. Recorrendo ao dicionário mais uma vez para buscarmos o sentido da palavra “dominar”, nos deparamos com: “*ter autoridade ou poder sobre algo ou alguém*”, ou seja, seria se sobrepor, está acima, comandar o espaço físico, logo, há uma dependência presente na discussão, o território seria um objetivo a serviço do “homem”, o que nos levanta um outro questionamento: podemos entender o território e os seres humanos como categorias sobrepostas ou justapostas?

Como já mencionado anteriormente, o interesse pelo território se dá pelo fato de compreender os conflitos desenvolvidos em torno de movimentos sociais rurais de atingidos por barragem e processo de desterritorialização. Mas, para que possamos nos apropriar e discutir os conceitos de desterritorialização, (re)territorialização que nos ajudarão a compreender, ao longo de nossa pesquisa, primeiramente faz-se necessário conhecer o território.

A definição de território enquanto espaço de governança e dominação começa a ganhar corpo a partir do desenvolvimento da geografia enquanto conhecimento científico, no século XIX, tendo como um dos principais propositores o alemão Friedrich Ratzel, no qual se propõe a analisar o espaço geográfico a partir do “espaço



vital”, como afirmação do *expansionismo bismarckiano*⁴. Ratzel, associa o crescimento do Estado ao domínio e expansão do território. Para o autor, seria impossível a existência do Estado, baseado na governança e nas relações de poder, sem a existência de um território e sem a demarcação de fronteiras. Na concepção de Ratzel, quanto maior fosse o território físico, maior seria o Estado. Por outro lado, “*um povo regride quando perde território*” (RATZEL, 1982).

À medida em que o território dos Estados se torna mais considerável, não é somente o número de quilômetros quadrados que cresce, mas também sua força coletiva, sua riqueza, seu poder e, finalmente, seu tempo de permanência. Como o espírito humano se enriquece cada vez mais à medida em que os caminhos percorridos pela evolução humana sobre esta terra se dilatam mais, o progresso poder ser figurado, com uma aproximação suficiente, por uma espiral ascendente cujo raio vai aumentando cada vez mais (RATZEL, p. 101).

Dessa forma, Friedrich Ratzel pressupõe que o crescimento do Estado seria a base para o progresso social e, à medida em que o Estado se cresce, aumentando seu poder sobre os diferentes territórios, mais desenvolvido este seria. Vale lembrar que as concepções de Ratzel se alinha aos ideais do pensamento positivista, desenvolvido por Augusto Comte, considerando a ideia de progresso como um ápice social a ser atingido.

Quando se discutir a ideia de território como espaço de dominação, é importante destacar também a relação de poder que se está inserido nesse contexto, uma vez que, como já mencionado acima, dominar pressupõe ter poder sobre algo, está acima de algo ou alguém. Nesse sentido, destacamos o pensamento de Raffestin (1993), que estabeleceu a relação entre a sociedade e o espaço físico como objeto de apropriação ou, como bem mencionou o autor, a divisão tripartida entre a “a população, o território e os recursos”.

O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação (RAFFESTIN, 1993, p.58).

Como bem explicita o autor, o território é visto como algo indispensável para a sociedade, principalmente por ser onde se concretizam as relações de poder. No entanto,

⁴ Otto Von Bismark, também conhecido “Chanceler de ferro”, foi um estadista da Alemanha no século XIX. Coube a ele contribuir para a unificação alemã e iniciar o processo de expansão estatal em direção aos países vizinhos. Dentro desse contexto, era fundamental que a Geografia legitimasse a força imperialista-expansionista.



cabe, mais uma vez, destacar a abordagem sobre o território como um espaço físico de apropriação dos seres humanos e que sem a presença do “homem” este praticamente não existiria, permanecendo como algo estático. Tal discurso nos impõe a compreensão de poder, logo de domínio, que os seres humanos exercem sobre a natureza.

No entanto, esse quadro vem se transformando na contemporaneidade, como bem afirmou Gottman, o conceito está em constante transformação e reinterpretação, agrupando-se à novas abordagens, pois à medida que as tecnologias evoluem, “novos princípios (que) agora norteiam a organização do território”. (GOTTMAN, 2012, p.532)

Embora o conceito de território esteja associado às relações de poder e o espaço de governança, é importante destacar que se desenvolvem também outras abordagens sobre o conceito, principalmente em campos que estabelecem relações divergentes de dominação do espaço físico pelo homem e que defendem a relação do território com os seres humanos, baseado numa discussão mais ecológica, outras abordagens com a identidade cultural estabelecida a partir da apropriação do território pela concepção cultural de indivíduo e/ou grupos sociais que imprimem suas marcas no espaço, identificando-as como pertencimento de um território, como também abordagens que apresentam uma visão espiritual acerca do território e os seres humanos. Algumas dessas abordagens veremos mais adiante.

OUTRAS ABORDAGENS SOBRE O TERRITÓRIO

Ao considerarmos as definições de território estabelecidas a partir dos autores mencionados anteriormente nesse artigo, tais definições nos leva a compreender o conceito como algo concreto e que, quase sempre, é relacionado à dupla “espaço de governança – poder”, tendo como algo a ser dominado pelos seres humanos, bem como o espaço físico onde se desenvolvem as relações de poder como um espaço de governança. No entanto, como bem afirmou Fernandes (2009), na discussão sobre territórios, existem situações de conflitualidades, mas que não necessariamente são espaços de governanças. De acordo com o autor:

O que sempre chamou a atenção é o fato de o território ser majoritariamente compreendido como espaço de governança, enquanto presenciamos diversas



formas de conflitualidades que não estão relacionadas necessariamente com os espaços de governança. Embora muitos autores tenham estudado essas conflitualidades, como Ceceña (2007) e Palau (2007), por exemplo, compreendemos que a falta de uma tipologia dilui a diversidade de território em disputas. Não basta falar apenas em território. É preciso definir: qual território? As classes e relações sociais não estão alheias aos territórios porque elas os produzem e por estes são produzidas (FERNANDES, 2009, p.205).

O autor chama a atenção para as diferentes abordagens que se pode ter sobre o território ou “território diverso”, a exemplo do território imaterial, associado à noção de poder do conhecimento onde a disputa pela hegemonia do conhecimento, de visões de mundo, também se caracteriza como uma disputa territorial, logo, como bem mencionou o autor, o território imaterial estaria no campo das ideias e é a partir deste que se organiza as coisas e os objetos, ou seja, o material (FERNANDES, 209) .

Para além do espaço físico, compreendido como espaço de governança, existem outros caminhos para que se possa abordar sobre o território, como argumentou o autor acima mencionado, sobretudo os territórios “materiais e imateriais, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais” (FERNANDES). Dessa forma, reduzir o território unicamente como um espaço de governança e como dominação da natureza pelo homem seria um equívoco com relação ao conceito.

Discutindo a relação de dominação da natureza pelo homem, nos leva a entrar na temática sobre a colonialidade, partindo da ideia de que dominação consiste em que uma parte é quem comanda e a outra é submissa, ou seja, o homem comanda e dita os caminhos da natureza, como bem argumentou Porto-Gonçalves ao dizer que:

Todo ser dominado não é respeitado em suas múltiplas virtualidades e potencialidades, sendo considerado somente nas suas qualidades que podem servir ao dominador. Dominação é, sempre, em algum grau, a negação do outro, o que é válido tanto para povos, para etnias, para grupos e/ou classes sociais como para a natureza (PORTO-GONÇALVES, p. 5).

Partimos do exposto acima para analisar a crítica do autor sobre a questão de dominação, sobretudo no que se trata na relação “homem-natureza” marcada como submissão de uma parte sobre a outra, fruto da colonialidade, onde dominar consiste em negar a existência, logo, a característica da dominação tem como locus subalternizar os diferentes nas relações territoriais.

Porto-Gonçalves é outro teórico no qual nos debruçamos para compreender essas novas abordagens sobre o conceito de território, o autor traz para o centro das



discussões sobre o conceito uma análise contra hegemônica, que tem como foco as abordagens a partir da discussão sobre decolonialidade, principalmente na criticidade sobre a ideia de dominação da natureza pelo homem.

Um dos campos onde se pode localizar as críticas de Porto-Gonçalves está no desenvolvimento do que denominamos de “ciência”, principalmente na ciência colonial, centrada no pensamento do iluminismo, da razão que outrora havia sido considerada como um progresso da humanidade, agora podemos observar como meio que perpetua a característica da dominação, principalmente na relação “homem-natureza”, como argumentou na passagem a seguir:

A concepção de natureza que se tornou hegemônica no mundo ocidental se define por oposição a do homem, de cultura e de história. Natureza e cultura se excluem. Embora possamos dizer que já no Genesis o homem é um ser que não está na natureza e que na cosmologia grega, particularmente com Aristóteles, a natureza aparece como algo objetivo, é com Descartes que teremos a formação que vai se constituir em verdadeiro paradigma da modernidade (PORTO-GONÇALVES, 1988, p.15).

O autor tece duras críticas direcionadas a relação estabelecida entre o homem e a natureza a partir do pensamento colonial ocidental, onde a natureza e o homem são partes separadas, sendo a natureza um recurso à serviço do homem, e o homem o “Todo Poderoso, senhores e possuidores da natureza”. Consequentemente, tais críticas atingem o modo “do fazer ciência”, tendo o homem como o centro das ciências e a natureza como objeto de estudo a ser explorado.

Sobre o território, Porto-Gonçalves estabelece relações antagônicas ao que se propõe sobre o pensamento de dominação da natureza pelo homem. Para o autor, o território é estabelecido a partir das relações da sociedade com a natureza, numa relação de convivência de ambas as partes e não de dominação.

De acordo com o autor, essa visão sobre o território passou a ganhar campo principalmente a partir da América latina, com as lutas pelo território, com os movimentos sociais dos quilombolas, indígenas, camponeses, grupos subalternizados pelo pensamento hegemônico. Estes atribuíram com novos sentidos ao território, pois o espaço físico é contido de diversos sentidos que lhes são atribuídos.

Desse modo, segundo Porto-Gonçalves:

Embora pautado inicialmente a partir dos países urbano-industrializados e sua matriz epistêmica eurocêntrica, (o debate em torno do território) ganha outros contornos com outros protagonistas na América Latina/Abya Yala. Aqui, na América Latina/Abya Yala a natureza e a cultura são politizadas com o deslocamento da luta pela terra para a luta pelo território, onde esse



conceito adquire outras significações ao apontar que, dentro de um mesmo estado-territorial, habitam múltiplas territorialidades (p. 12).

Em outra parte do texto, o autor conclui:

O processo de apropriação da natureza é acompanhado, ao mesmo tempo, por uma tensa e intensa luta pelos sentidos a ela atribuídos. Desse modo, natureza e cultura são politizadas. Enfim, território é igual à natureza mais cultura através das relações de poder, e essa é uma das principais contribuições da América Latina/Abya Yala para a ecologia política (p. 13).

Analisando os excertos do autor e a contribuição dos movimentos sociais as significações dos territórios na América Latina, passamos a compreender uma nova forma de abordagem sobre o conceito território que desconstrói a ideia de dominação da natureza pelo homem, mas que retrata o oposto, dessa forma, a natureza é parte sociedade, e não recurso a serviço do homem.

Ainda analisando o território numa perspectiva decolonial e tendo como centro as discussões que se desenvolveram desde a América Latina, podemos citar o geógrafo Rogério Haesbaert como um dos teóricos que discute sobre o tema. O autor tem contribuído de forma crucial para o debate sobre o conceito de território a partir de uma visão contra hegemônica que busca analisar o conceito para além do pensamento colonial, de território como espaço de governança. Dentre as inúmeras contribuições trazidas pelo autor, destaco as discussões desenvolvidas a partir do que se denomina de “*território-corpo*”, que, na visão do autor, também muito tem a ver com os movimentos sociais de grupos da América Latina subalternizados a partir do colonialismo.

Para Haesbaert, a questão do “*território-corpo*” é discutida a partir do viés ontológico dos grupos originários da América Latina e que tem o território(terra) como espaço de vida, com uma ligação entre a terra ou, mais precisamente, a natureza, e os seres humanos, onde a primeira (a terra) é o que dá surgimento ao segundo (os seres humanos).

Importante destacar que Haesbaert (2020) utiliza-se da leitura de autores que, engajados também sobre o tema, a exemplo de Quijano, Joseli Silva, bem como Ailton Krenak, no qual discutem a relação *território-corpo* a partir dos grupos originários da América Latina. Esses grupos, a exemplo dos altiplanos andinos, como cita o autor:

partilham de algum modo a mesma concepção de um território que não dissocia o homem da terra, tida como Pacha (universo, mundo) mama (mãe), onde todos os seres vivem em relação e onde a base física do terreno integra as relações sociais e em hipótese alguma pode ser reduzida à sua



materialidade, pois tudo contém vida e, para o homem, adquire valor simbólico (HAESBAERT, 2020, p.85).

Vale salientar que, de acordo com Haesbaert, para os grupos originários no qual se discute, os indígenas habitantes da América Latina, há uma unicidade entre a terra (Mãe) e os seres humanos (que derivam da terra), logo não há como dissociá-los. Tal concepção visa criticar e desconstruir a visão eurocêntrica colonial que se construiu a partir da visão dominante até então.

Numa visão decolonial o conceito de território abrange algo que vai muito além do espaço físico de governança, ou como espaço de exploração aos moldes do capitalismo, mas consiste em haver uma dimensão simbólica construída a partir da identidade que se expressa no espaço, tornando-o território. Essas definições se empregam na luta dos grupos subalternizados que pela permanência de suas terras contra as investidas dos detentores do capital, cujo o sentido de território advém do viés eurocêntrico colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto traz algumas das discussões envolvendo o uso e emprego do conceito de território, amplamente discutido na geografia e também em outros campos, como a história, a sociologia, antropologia e psicologia. Nesse sentido, nosso foco consiste em iniciar um debate envolvendo as mais diversas escalas que abrangem a utilização do conceito, desde uma visão mais tradicional, como a abordada por Friedrich Ratzel, de um território como um espaço de governança como parte do Estado, bem como analisando as discussões mais recentes que englobam uma visão decolonial acerca do conceito de território, tendo como foco as abordagens dos grupos subalternizados pelos grupos dominantes. Nesse sentido, como bem argumentou Haesbaert, estaríamos discutindo o território de baixo para cima.

Embora o território apareça como sendo um conceito amplamente discutido nas ciências humanas, especialmente na geografia, e muitos autores e autoras tenham trazidos, e continuam desenvolvendo, concepções importantes e que vêm contribuindo para o entendimento desse conceito e suas abordagens, ainda é um campo onde se há abordagens confusas, ou equivocadas sobre sua utilização. Nesse sentido, abordamos alguns dos campos, como o território ecológico, mencionado a partir das leituras de



Porto-Gonçalves, o território-corpo, descrito no texto apresentado a partir da leitura de Haesbaert e, com isso, buscamos contribuir para a discussão. Ao longo do texto pode-se encontrar alguns equívocos sobre o conceito, mas é justamente essa a proposta, não de trazer erros, mas de reaprender a partir das críticas, pois é a partir dessas discussões, de pensar e repensar a partir do erros, que buscaremos contribuir com as pesquisas que envolvem a dinâmica do território como objeto de estudo.

É importante, ainda, compreender que as abordagens presentes no texto, mesmo as visões mais tradicionais, são cruciais na compreensão sobre o território. No entanto, podemos destacar a importância de se entender sobre qual, ou quais, territórios está(ão) se dialogando e, com isso, evitarmos abordagens distorcidas, pois cada autor citado têm definições que dialogam entre si, numa abordagem decolonial, porém não trazem o mesmo sentido, bem como outras abordagens divergem entre si.

As discussões que se desenvolveram nesse artigo são frutos de uma leitura inicial sobre a temática e será a partir dessa análise introdutória que buscaremos aprofundar na temática sobre as diferentes abordagens sobre o conceito de território.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a Tipologia de Territórios**. In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, p.197-215, 2009.

FERNANDES, Bernardo M.; CASSUNDÉ, José Ricardo de O.; PAREIRA, Lorena I. Movimentos socioterritoriais no MATOPIBA e na chapada do Apodi: exemplos da questão agrária neoliberal do século XXI. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12.n. 2, p. 533-548, João Pessoa, 2018.

FUINI, Lucas Labigalini. Construções teóricas sobre o território e sua transição: A contribuição da Geografia brasileira. **Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá-Colômbia, v.26, n.1, p.221-242, jun, 2017.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim campineiro de Geografia**, v.2, n.3, p.523-545, 2012



HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialização. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v.29, n.1, p.11-24, jan, 2003.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**. vol.20, n.48, p. 75-90, jun, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre um giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia, Univerisade Federal Fluminense, 2021.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. v.9, n.17, p. 19-46, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A reapropriação social da natureza e a reinvenção dos territórios: uma perspectiva latino-americana**.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Possibilidades e limites da ciência e da técnica diante da questão ambiental. **Geosul**, v. 3, n. 5, p. 7-40, 1988.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de M. C. França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. Tradução de M. A. Eufrásio. **Revista do Departamento de geografia**. v, 2, p. 93-101, 1982.